



Luiz Gustavo de Moura Cavalcante

**Perspectivas historiográficas sobre o
conceito de populismo: As reflexões de
Francisco Weffort e Angela de Castro
Gomes**

Monografia apresentada à Graduação em História
da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do
título de bacharel e licenciado em História

Orientadora: Prof.^a Maria Elisa Noronha de Sá

Rio de Janeiro

Novembro de 2020

Agradecimentos

Essa trajetória, ainda inicial, no campo acadêmico me faz valorizar pessoas que, certamente, foram fundamentais para se chegar nesta conclusão de curso. Agradeço a minha mãe Vanda e ao meu pai Marconi pelo amor e direcionamento, vindos de famílias humildes, os quais não tiveram o acesso à educação como pude ter, mas que nunca deixaram de lutar para que eu pudesse atingir um lugar que eles, por conta de diversos fatores, não tiveram a possibilidade. Agradeço a minha namorada e companheira Isabel por estar ao meu lado nesta caminhada, por sempre me incentivar, me ajudar e acreditar em mim.

Aos meus professores da PUC-Rio, em especial Iamara Viana, Larissa Corrêa, Leonardo Pereira, João Duarte, Marcelo Jasmim, Maurício Parada, Gabriel Neiva, Renata Sammer e mestre Ilmar Mattos por me mostrar o entusiasmo e a dedicação pela História. Aos funcionários do departamento, agradeço todo suporte e ótimas conversas ao Cláudio, Igor e Anair, obrigado pelo profissionalismo e por deixar o dia a dia mais leve e descontraído. Aos meus grandes amigos que fiz na PUC-Rio, Wallace Sousa e Eduardo Fernandes, agradeço pela parceria, as resenhas, as brincadeiras e, acima de tudo, pude aprender muito com vocês. Agradeço aos grupos de pesquisa e ensino dos quais fiz parte ao longo do período acadêmico, aos colegas do PIBID, PET e PIBIC, obrigado pela troca e pelo convívio. Sou grato por ter realizado essa experiência com pessoas tão bacanas.

Por fim, agradeço a minha querida orientadora, Maria Elisa, por todo conhecimento, amizade e atenção prestada nos meus projetos. Felizmente pude ter o contato com seu seminário especial que foi, sem dúvidas, onde tudo começou neste trabalho monográfico. Só tenho agradecer a sua sensibilidade e ensinamentos.

Resumo

O trabalho se propõe a estabelecer o debate historiográfico do conceito de populismo através do diálogo entre as considerações de Francisco Weffort e Angela de Castro Gomes. O interesse é mostrar a complexidade do conceito que é constantemente recuperado em análises políticas e sociais de processos históricos no Brasil. Este estudo se preocupará em examinar, sobretudo, dois importantes livros para se pensar a lógica de compreensão do populismo brasileiro. Destaca-se, aqui, a produção de Weffort em *O populismo na política brasileira* (1978) e de Angela Gomes em *A invenção do trabalhismo* (1988), mas não fechando-se apenas a essas fontes. Assim, por meio destes entrecruzamentos de ideias, o objetivo principal é aprofundar-se nas interpretações do conceito e estabelecer potenciais caracterizações ao fenômeno do populismo.

Palavras-chave:

Estado de Massas – Trabalhadores – Autoritarismo – Democracia – Historiografia

Sumário

Introdução.....	5
Capítulo 1 - O fantasma do populismo.....	11
1.1. O jogo político das massas.....	19
1.2. O esgotamento de um sistema.....	24
Capítulo 2 - O populismo como incômodo: O trabalhismo em debate.....	30
2.1. A política que aponta para os trabalhadores.....	35
2.2. O corporativismo como mecanismo de solução.....	40
2.3. Repensando o fenômeno populista.....	44
Considerações finais.....	48
Bibliografia.....	53

Introdução

“A História, então, passa a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo.”¹

O interesse de realização deste estudo monográfico foi recuperar um termo que regularmente apresenta-se em discursos políticos, nas mídias e nas falas do senso comum. Além disso, este projeto teve início no fim do período de 2019.2 e se consolidou no decorrer da pesquisa individual vinculada ao estágio como bolsista do Programa de Extensão Tutorial (PET), vinculado ao departamento de História da PUC-Rio – já em 2020. Este estudo vem confrontar e investigar as definições historiográficas do termo *populismo* a fim de ampliar cada vez mais do fenômeno que manifesta um significativo impacto político, social, linguístico e intelectual no Brasil.

O objeto desta monografia é trabalhar um termo bastante comum em discussões políticas: o conceito de populismo, que se coloca constantemente em disputa, tendo em vista que suas diferentes definições dificultam a análise do fenômeno. Neste contexto, esta pesquisa terá como problema central o debate historiográfico que ao longo do tempo atualiza o conceito, abarcando novas perspectivas e fontes historiográficas. Deste modo, o estudo, por meio do estabelecimento de uma trajetória historiográfica do termo, pretende compreender as características pertencentes ao populismo e as suas ressignificações.

“Então afinal, quem “inventou” o populismo?”². Com esta questão, a pesquisa visa tencionar o aprofundamento do campo intelectual do populismo como um importante vocabulário político no Brasil. Em primeiras formulações, o

¹KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução original Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; Revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto- Ed. PUC-Rio, 2006, p.283.

² FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: O populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 111.

termo – populismo – foi cunhado por intelectuais³ a partir de 1950 no Brasil, tornando-se uma marca importante para o entendimento de processos políticos no país. O fenômeno populista encontra-se não somente em contextos nacionais, sendo possível observá-lo inscrito em inúmeras análises, especialmente em outras regiões pelo mundo. Neste caso,

“A história política de vários países europeus, asiáticos e africanos, além dos Estados Unidos, registra movimentos de massas, partidos políticos e governos que os estudiosos de sociologia, política, economia e história denominam populistas [...] É evidente que esses fenômenos variam conforme o contexto sócio-cultural, político e econômico de cada país segundo a ocasião”⁴.

Sob outra perspectiva, este trabalho concederá um estudo historiográfico mais especificamente por meio das reflexões realizadas pelo cientista político Francisco Weffort e a pela historiadora Angela de Castro Gomes – centrados no contexto político brasileiro. O trabalho analítico empregado no primeiro capítulo desta monografia terá como foco abarcar as questões relativas à formação do populismo brasileiro. O livro *O populismo na política brasileira* (1978) nos possibilitará guiar a compreensão desta pesquisa em entender o surgimento do fenômeno populista no Brasil, traçar seu caminho de consolidação e até mesmo compreender o seu esgotamento no sistema político. Weffort, ao longo do livro, indica questões fundamentais para se analisar o fenômeno:

“Como entender as formas populistas da emergência das massas populares na política? Como entender o duplo paradoxo do populismo, de setores dos grupos dominantes que promovem a participação dos dominados e de massas que servem de suporte para um regime no qual são dominadas? Os estudos reunidos neste volume apareceram, alguns já há vários anos, como artigos que são hoje de difícil acesso; outros são capítulos de tese universitária até agora inédita”⁵.

³ Pertencentes ao respeitado Grupo de Atibaia, eram intelectuais da década de 50 que fundaram no país o Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia e Política (IBESP). O principal integrante chamava-se Hélio Jaguaribe, dentre os inúmeros trabalhos, destaca-se o livro *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958).

⁴ IANNI, Octavio. “Notas sobre o populismo russo e norte-americano”. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 18.

⁵ Citação retirada do fragmento “Nota do Autor” da 4 edição do livro *O populismo na política brasileira* (1980) de Francisco Weffort.

As inquietações demonstradas por Weffort serão mais bem aprofundadas ao longo do capítulo deste trabalho. Aliás, vale ressaltar o impacto que a produção desenvolvida pelo cientista político gerou no campo intelectual, que se encontrava, à época, em uma profunda crise do pensamento político. O livro *O populismo na política brasileira* confere, assim, a posição singular de Weffort para uma análise inicial em relação ao processo populista e suas consequências para a cultura dos governos republicanos no Brasil pós 1930.

Com o objetivo de analisar um diálogo entre conhecimentos e experiências do espaço intelectual no Brasil, será posta em discussão, no segundo capítulo, a compreensão realizada por Angela Gomes, com ênfase no livro *A invenção do trabalhismo* (1988). A escolha por esta específica produção deve-se ao fato da posição crítica da autora a respeito das definições do populismo como fator explicativo de processos históricos. De acordo com Angela Gomes, o conceito não daria conta dos acontecimentos históricos pós 1930. Em apresentação inicial no livro, a autora aponta que uma das principais intenções relacionadas ao tema do populismo na produção segue no sentido de que:

“Minha formação, reunindo leituras vindas da história e da ciência política, com uma pitada de antropologia, certamente ajudou a desconfiar de dicotomias como autonomia versus heteretomia, bem como me afastar de uma das chaves explicativas então mais utilizadas: o populismo.”⁶

Neste caso, a solução seria a composição de uma semântica que pudesse carregar os significados necessários para se entender aquele período histórico – surgindo, daí, a ideia do conceito de trabalhismo. O foco, diferentemente da perspectiva construída por Weffort, o centro da discussão em *A Invenção do trabalhismo* (1988) percorre a formação da classe trabalhadora como fator principal para as transformações sociais daquele contexto, não mais limitadas à ação exclusiva do Estado. Assim, a autora produzirá um novo marco por meio da crítica ao termo, com relação à compreensão do fenômeno do populismo, uma vez que indicará novas ações e atores político-sociais em suas definições.

⁶ Trecho retirado do fragmento “Apresentação à 3 edição” escrito por Angela de Castro Gomes em *A invenção do trabalhismo* (2010).

Este estudo terá como metodologia buscar, em artigos específicos que trabalham as produções aqui destacadas, uma base segura para se contemplar uma estruturação possível acerca do populismo e suas variáveis. Há um amplo debate, que transcorre ao longo das décadas, em relação às reflexões que buscam desvendar a problemática política e social produzida de forma tão intensa na cultura brasileira pelo fenômeno. Assim, o objetivo será analisar duas vertentes importantes que se aprofundaram no desafio de compreensão do tema, as quais identificaram no populismo o aparecimento de uma nova cultura política no Brasil.

Ao destacar a base historiográfica, torna-se importante ressaltar a carga teórica acerca do fenômeno. Nesta lógica, parto da concepção que o populismo é um conceito polissêmico⁷, isto é, há diferentes significados que compõem sua semântica. Desta forma, além de alcançar um estudo que desenvolve uma análise historiográfica, será fundamental o entendimento de como um conceito moderno de história opera em favor do pensamento intelectual. Logo, pode-se analisar a importância do conhecimento entre a História e a linguagem. Segundo Koselleck,

“Como realizações lingüísticas, os conceitos em que as experiências são reunidas e as expectativas enfeixadas não são meros epifenômenos da assim chamada história real. Os conceitos históricos, sobretudo os políticos e sociais, foram cunhados para apreender os elementos e as forças históricas. É isto que os caracteriza dentro de uma linguagem. Mas, em virtude da diferença que destacamos, eles possuem um modo de ser próprio, a partir do qual influem sobre as diversas situações e acontecimentos, ou a elas reagem.”⁸

Isto posto, torna-se possível refletir que a compreensão de um conceito se faz possível por meio de uma análise semântica que reconhece a dinâmica do movimento e do tempo histórico. O populismo se enquadra no ritmo de mutação acelerada, constantemente sofrendo com as transformações semânticas, tendo em

⁷ A concepção a respeito da caracterização polissêmica dos conceitos modernos de história baseia-se das reflexões do historiador Reinhart Koselleck, em especial, através do livro *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006).

⁸ KOSELLECK, Reinhart. “Modernidade”. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução original Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; Revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto- Ed. PUC-Rio, 2006, p. 268.

vista que, cada vez mais, o termo, através das diferentes caracterizações, amplia seu horizonte de experiências e expectativas. Assim, observa-se um vasto universo de possibilidades produzido pelo fenômeno do populismo, que devem ser explorados e historicizados.

Os conceitos carregam, em geral, sua própria história, e a semântica, por sua vez, em curto espaço de tempo poderá sofrer mudanças estruturais que podem ser acrescentadas ou retiradas em suas definições. O recorte deste estudo tentará construir uma argumentação sólida a fim de garantir as particularidades do populismo brasileiro, especialmente no período marcante que foram os governos de Getúlio Vargas e sua herança ao longo de mandatos posteriores. Logo, a crítica das fontes no decorrer do uso metodológico dos conceitos poderá produzir importantes perspectivas no campo político e social.

Além disso, ao longo do debate historiográfico surgirão conceitos políticos chave ligados ao fenômeno do populismo, os quais darão o sentido possível às suas principais definições. Os conceitos de massa, democracia, autoritarismo, manipulação, participação, entre outros, também serão debatidos com a finalidade de propor um melhor entendimento das principais formulações historiográficas. A intenção da ideia aqui estabelecida é compreender os sentidos que o conceito irá abarcar ao longo de sua história de duas vertentes fundamentais para se compreender o fenômeno do populismo brasileiro, como mencionado acima, por meio do quadro comparativo entre as reflexões de Francisco Weffort e Angela Gomes.

Sob outra perspectiva, o conceito de populismo indica leituras das mais distintas, tanto em um sentido positivo quanto em um sentido negativo. A polarização do termo torna-se presente a partir das principais compreensões que serão trabalhadas durante a investigação. O estudo do tema do populismo requer compreender que:

“A história dos conceitos põe em evidência, portanto, a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes [...] A profundidade histórica de um conceito, que não é idêntica à sequência de seus significados, ganha com isso uma exigência sistemática, a qual toda investigação de cunho social e histórico deve ter em conta [...] Uma vez cunhado, um conceito passa a

conter em si, do ponto de vista exclusivamente linguístico, a possibilidade de ser empregado de maneira generalizante, de construir tipos ou permitir ângulos de vista para comparação”.⁹

Nesta lógica, o estudo seguirá no sentido de estabelecer um trabalho intelectual que componha a identidade histórica em torno do populismo. Para isso, serão mostrados, além dos autores mencionados, os personagens que compõem diretamente o conjunto de questões associadas ao termo. Figuras políticas e setores populares serão resgatados para aprofundamento crítico ao fenômeno. Desta forma, o escopo central será recuperar específicos fundamentos teóricos do conceito. A pesquisa colocará em discussão as definições contidas no fenômeno e indagará a respeito de sua persistência em análises políticas e sociais. A análise do populismo aqui articulada terá papel central em compreender o conceito como fator explicativo para diferentes processos históricos. Portanto, o interesse em relação ao estudo do conceito de populismo surge, tendo em vista que o termo está sempre em voga em aplicações argumentativas, mas poucos se aprofundam em compreender sua historicidade. A relevância do tema é de suma importância para o entendimento tanto da política quanto para os aspectos sociais presentes na sociedade.

⁹ Idem. p. 155.

Capítulo 1 - O fantasma do populismo

O fenômeno do populismo, como mencionado em caráter introdutório, é um tema presente nas discussões dos campos da Ciência Política e da História, tendo em vista que visam compreender processos e movimentos específicos realizados no Brasil. Deste modo, impulsionado pela política de massas, o populismo consolida-se no vocabulário de estudiosos que indicam este possível modelo de governo como ferramenta explicativa. Neste sentido, torna-se necessário analisar o conceito de populismo sob a ótica construída por Francisco Weffort, sendo esta interpretação uma das mais consolidadas do debate no Brasil.

Formado em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP), o professor e pesquisador desenvolve inúmeros trabalhos que o colocaram como referência – especialmente no que diz respeito ao tema do populismo, uma vez que sua principal obra, *O populismo na política brasileira* (Paz e Terra, 1977), publicada em 1977, o garantiu enorme reconhecimento e prestígio, indicando, assim, a relevância de sua produção. Neste sentido, vale ressaltar os aspectos que sustentam as reflexões e encadeamentos da obra.

O contexto de produção desenvolvido por Weffort é construído de forma fracionada e em momentos distintos. Inicialmente, o primeiro capítulo foi produzido em 1963, partindo do interesse em compreender a condição de um possível colapso das formas de governo populista. Cabe destacar que o restante da obra se estende durante o regime militar. O conteúdo produzido pelo autor se dirigia à intelectualidade da época, que ansiava por respostas para a condição de instabilidade política vivida nas décadas de 1960 e 1970. Assim, entendia Weffort que tal momento poderia ser resultado das consequências das ações geradas pelo período populista e que esse específico modelo de governo precisava ser mais bem aprofundado.

Deste modo, a fonte será trabalhada como suporte para a compreensão do populismo e seu conjunto de questões. A análise desenvolvida por Weffort torna-se fundamental para o embasamento teórico do tema e, para isso, requer uma observação minuciosa para que detalhes pertinentes sejam introduzidos na discussão. O estudo do cientista político terá como base a separação em oito

capítulos em duas partes principais de argumentações que conduzirão um sentido lógico do surgimento das bases de um sistema populista no Brasil.

O recorte indicado para a compreensão do fenômeno se estabelecerá a partir da Revolução de 1930, tendo como principal “protagonista” a figura de Getúlio Vargas. Entretanto, Weffort, ao longo de sua obra, expandirá seu olhar até o momento em que o próprio autor escreve sua obra, uma vez que busca respostas para a instauração do regime militar no Brasil em 1964 – algo que, para o autor, marca o fim do modelo populista no Brasil¹⁰.

Deste modo, visando compor uma lógica específica sobre o surgimento e consolidação de um movimento populista no cenário político brasileiro, será dado o enfoque neste capítulo à abordagem de Weffort na primeira parte de seu livro. Os capítulos serão “Política de Massas”, “Estado e Massas no Brasil” e, por fim, “O Populismo na Política Brasileira”. A escolha por este recorte deve-se ao fato da proposta aqui em questão de estabelecer um parâmetro em relação a uma perspectiva mais histórica, tendo em vista que a segunda parte do livro tem como foco uma análise voltada à sociologia econômica, que circunda o tema do populismo.

A partir de pontos específicos indicados na obra, vale ressaltar as principais fontes de diálogo que Weffort utiliza na formulação conceitual do populismo no Brasil. Sendo assim, é possível observar o maior aparecimento de fontes articuladas por meio das produções de autores como Celso Furtado, Werneck Sodré, José Olympio, Victor Nunes Leal e Gino Germani. Neste sentido, a lógica argumentativa permeia as leituras específicas com as quais o autor desenvolve seu trabalho sobre o populismo.

O relevante aqui é indicar termos que possam oferecer sustentação argumentativa ao conceito. A palavra *massas* é destacada pelo autor de forma constante durante suas análises relativas ao fenômeno, inclusive pode-se notar o seu aparecimento em seguidas intitulações de capítulos e subcapítulos. Assim, é possível observar a orientação de Weffort em evidenciar a relação do conceito de

¹⁰ WEFFORT, Francisco Correia. “Política de Massas”. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 16.

populismo caracterizado, dentre inúmeras formas que ainda serão analisadas, pela ação de uma política de massas.

A política de massas na qual se debruçará Weffort se apresenta na participação de novos atores no cenário político brasileiro, os quais deram seus mais importantes passos a partir de 1930, com a consolidação do governo de Getúlio Vargas em contraponto à estrutura oligárquica. Deste modo, esses novos sujeitos correspondem à participação popular da classe trabalhadora e da classe média emergente, que se projetarão como fundamentais para se pensar um movimento político de massas no Brasil.

Nesta lógica, Weffort inicia sua argumentação enfatizando o ponto de virada ocorrido a partir de um contexto de transformações sociais e políticas, tendo em vista as articulações ocasionadas pelo estímulo de urbanização e de desenvolvimento das cidades, que, por sua vez, impulsionará o surgimento de novas movimentações políticas. Neste sentido, pode-se compreender, de acordo com o autor:

“Desde a crise de 1929, que desarticula o velho capitalismo agrário voltado para a exportação e desde a revolução de 1930 que rompe a hegemonia das oligarquias rurais – a cidade vem progressivamente oferecendo as condições econômicas e políticas para a proposição de um conjunto dos problemas do país. Nestas circunstâncias, as populações urbanas representariam no conjunto do povo o contingente politicamente decisivo”.¹¹

Deste modo, pode-se observar uma lógica de sociabilidade em formação que tratará de conceder novas formas de se pensar a política. Diferentemente do visto anteriormente nas oligarquias, marcadas por uma centralidade de poder nas mãos de grupos específicos, o contexto social em construção estabelece o que se converterá no denominado populismo. Desse modo, destacando as mudanças sociais pontuadas por Weffort, nota-se a importância do povo como fator de influência política. Logo, reforça-se a reflexão de massas populares adentrando ao campo da política, estabelecendo características importantes ao fenômeno populista no Brasil.

¹¹ Idem. p.19.

Além disso, é necessário aprofundar-se no que define o termo *massas* a fim de ampliar as perspectivas relativas ao bojo conceitual histórico e permitir o diálogo com a concepção a respeito do populismo. Assim, pode-se analisar que:

“Neste contexto, os grupos sociais se dissolveriam em uma situação de massa, ou seja, uma situação na qual os indivíduos aparecem de modo atomizado como parte de um todo amorfo. A sociedade de massa, fenômeno da modernidade em transição ou em crise, seria o terreno propício para a emergência de lideranças personalistas que apelariam ao homem-massa atomizado”¹².

Direcionando para a especificidade da política brasileira, a classe trabalhadora anteriormente negada à participação política e impulsionada pelo crescimento urbano alcança proporções transformadoras à medida em que suas insatisfações atingem diretamente a organização do governo. A ausência de poder encontrada após a transição do sistema oligárquico para uma reforma política gerou efeitos que levaram a uma nova conjuntura entre o povo e o Estado.

Nesta lógica, apesar do autoritarismo que rondará especialmente o primeiro período de governo, Getúlio Vargas viu-se pressionado a promover os direitos específicos para a massa popular a fim de manter a legitimidade de seu poder. O diálogo entre a manifestação popular e a administração do governo inaugura novos rumos de operação política no Brasil, sendo este fenômeno entendido como populismo, e, sobretudo, consolidado em sua plenitude nos anos 50. Assim,

“Segundo Weffort, em um cenário de “incapacidade de penetração popular dos partidos”, a participação das massas na política se dava de modo atomizado, como relação direta entre o eleitor e os candidatos. O mero fato de que os eleitos deveriam prestar contas, ainda que simbolicamente a seus eleitores introduziria uma mudança qualitativa fundamental em comparação com a política oligárquica da República Velha”¹³.

¹² MUSSI, Daniela. KAYSEK, André. "A política de Massas: Francisco Weffort e as "Raízes do Populismo (1963-1966)". *Área temática "Pensamento político brasileiro"*. Curitiba: 11º encontro ABCP, 31 de julho - 3 de agosto 2018, p. 6.

¹³Idem. p.8.

A política de massas se estabelece em sua forma mais fixa a partir da transição democrática após o período do Estado Novo – democracia essa para qual Weffort apontará diversas problemáticas e questionamentos acerca da validade do movimento populista como realmente democrático. É possível observar a importância do voto como mecanismo importante para a manutenção da participação política da classe trabalhadora, do mesmo modo que conduz o compromisso com o Estado. Desta forma, o autor irá analisar que:

“De qualquer modo, há de ressaltar que a dependência política das associações e o sufrágio como meio básico de expressão popular, constituem outros dois aspectos da incorporação das massas populares às estruturas políticas do capitalismo brasileiro em processo de desenvolvimento através da industrialização e da urbanização [...] Com efeito, desde 1945, qualquer político que pretenda conquistar funções executivas com um mínimo de autonomia em relação aos grupos de interesse localizados no sistema partidário, deve, embora de maneira parcial e mistificadora, prestar contas às massas eleitorais [...] Em verdade, a simples circunstância de que político algum pode esquivar-se totalmente às expectativas populares desvia de maneira radical aquele regime do Estado oligárquico anterior aos anos 30”¹⁴.

A reflexão em debate traz à tona a possibilidade do fenômeno populista enquadrar-se como um fator democrático para o contexto brasileiro nesse período de rompimentos e continuidades políticas, sociais e econômicas. Weffort analisa que tais condições produziram uma conjuntura de um intenso compromisso¹⁵ entre o Estado e o povo – reflexão que será mais bem desenvolvida pelo autor em capítulos seguintes. Sendo assim, o apoio e a participação social sugerem dois fatores fundamentais para a manutenção de um governo popular: a perspectiva de legitimidade e representatividade política.

Contudo, vale apontar a problemática de análises que invalidam o populismo como forma de expressão democrática conforme afirmam que tal fenômeno não passa de algo do campo demagógico, irracional e estabelecido como mero devaneio psicológico. Sendo assim, o ponto de vista inverte-se, sendo

¹⁴WEFFORT, Francisco Correia. “Política de Massas”. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 16.

¹⁵ Idem. p. 24.

estabelecido o conceito de populismo como algo que não possui conteúdo ideológico necessário para se valer como indicador de fator histórico¹⁶.

Neste caso, é possível observar duas orientações importantes para se entender um movimento de massa vinculado aos aspectos de uma política populista no país mediante as formulações estabelecidas por Weffort, uma vez que é possível analisar que:

“Em um primeiro, por meio das crises, ensejadas pelas crescentes dificuldades de composição entre os grupos dominantes e de contenção das massas, reveladoras dos limites da democracia burguesa de modo geral. Já em um segundo, por meio dos demagogos e nacionalistas que, ao convocarem o movimento popular, ainda que como mero suporte da agitação parlamentar, tornariam efetiva a pressão popular sobre o poder”¹⁷.

Weffort enfatiza a busca de um afastamento por parte de grupos nacionalistas que visam demonstrar um descolamento com o fenômeno populista. Contudo, o autor compreende que seria uma estratégia do movimento nacionalista em esconder suas próprias semelhanças com as características encontradas no populismo. Assim, o fenômeno populista projeta contradições para além das questões vinculadas às definições conceituais de massa.

Outro fator a ser destacado em relação ao populismo é sua possível relação com o modelo do coronelismo, apontado, em algumas leituras, como a continuação um do outro. Weffort, por sua vez, aponta para as semelhanças, as quais se colocam o vínculo entre a liderança e suas bases de governo. Em contrapartida, as distinções são mais presentes para o autor, em que a relação de dominação presente no coronelismo constata-se como perceptível e não encontrada em evidência no movimento populista.

Além disso, o populismo opera em um contexto de urbanização das cidades, momento de industrialização por meio da relação entre a massa e o Estado de forma direta, e, no caso do coronelismo, a conjuntura apresenta-se no

¹⁶Idem. p. 25.

¹⁷MUSSI, Daniela. KAYSEK, André. "A política de Massas: Francisco Weffort e as "Raízes do Populismo (1963-1966)". *Área temática "Pensamento político brasileiro"*. Curitiba: 11º encontro ABCP, 31 de julho - 3 de agosto 2018, p. 6.

âmbito rural, mediada entre o poder público e o privado¹⁸. Assim, pode-se notar que o populismo não deve ser posto como algo limitado, mas que, sobretudo, apresenta características e ações próprias.

Dessa forma, a partir da compreensão realizada por Weffort, é possível extrair que o populismo, ainda que com suas variabilidades, pode ser concebido no plano ideológico. Atentando-se às contradições impostas à análise do conceito, o autor destaca que:

“A instabilidade típica das formas populistas de ideologia como de todo e qualquer tipo de ideologia pequeno-burguesa – dificulta mas não impossibilita a análise. Os que não conseguem entender o populismo como “política ideológica” partem do equívoco, de resto sem qualquer fundamento teórico, de separar a ideologia, como forma de consciência social, da consciência individual e dos interesses individuais [...] Se o típico seguidor de Barros espera algo para si, como indivíduo, isto já o caracteriza social e ideologicamente, já o dispõe de maneira determinada para a ação política”¹⁹.

Ao caracterizar o populismo estruturado por viés ideológico, Weffort exemplifica, por meio do governo de Adhemar Pereira de Barros²⁰, a relação entre os interesses da liderança e os interesses da massa popular. O componente ideológico se manifesta ao passo que o Estado organiza suas bases de governo em diálogo com as demandas específicas do povo; evidenciando, portanto, a capacidade consciente da massa popular em pressionar e garantir sustentação ao governo populista.

Além disso, vale apontar que a relação que o Estado desenvolve com a classe trabalhadora indica pontos de fragilidade. Weffort aponta que os governos populistas tendem a priorizar os interesses da classe burguesa. “É certo, porém, que o populismo implica, em qualquer de suas formas, uma traição à massa popular”²¹. Os posicionamentos econômicos, ainda que ofereçam direitos aos trabalhadores, concentram suas forças para o pensamento desenvolvimentista.

¹⁸ WEFFORT. *Op cit.*, p. 28.

¹⁹ *Idem.* p.33.

²⁰ Ademar de Barros (1901-1969) foi um influente político de sua geração, tornou-se interventor do governo de São Paulo em 1938 e foi eleito para Governador em 1947 e Prefeito em 1957.

²¹ WEFFORT. *Op cit.*, p. 34.

Sendo assim, incentivam, de forma majoritária, a capitalização industrial e a urbanização.

A ambiguidade encontrada por Weffort traz à tona os “deslizes” que acontecerão ao longo dos governos populistas – culminando, em sua maioria, em seus fins. Por outro lado, “o populismo, nestas formas espontâneas, é sempre uma forma popular de exaltação de uma pessoa, na qual esta aparece como a imagem desejada para o Estado”²². Neste sentido, a liderança carismática é o mecanismo que poderá oferecer a garantia, em certo período, de continuidade e afastamento do choque entre as contradições dos interesses de classes presentes no governo populista.

A noção de povo estabelecida por Weffort se encontra na obra como uma ideia mítica, isto é, o povo é interpretado como uma grande comunidade. A massa, nesta lógica, apresenta-se como ponto central na construção de uma liderança específica ao Estado, que, por sua vez, visa estabelecer a concepção de homogeneização social. Desta forma, se constitui a lógica dos aspectos nacionais de pertencimento, visando impedir o conflito de classes.

A condição citada acima revela a relação entre o nacionalismo e o populismo. A liderança carismática consolida a ideologia, uma vez que dirige o discurso ao povo, e não à classe. O populismo, por meio de um viés nacionalista, induz a participação da classe trabalhadora e endossa o poder do burguês. Por sua vez, a natureza mítica criada ao redor do Estado produz tensões e apresenta os limites do governo populista. Neste sentido, para demonstrar sua tese em indicar o populismo como um possível esgotamento de um período, Weffort compreende que:

“O fascínio diante do Estado, no qual punham todas as esperanças, não permitiu aos nacionalistas perceber que o Estado, tal como estava estruturado, já não era capaz de nenhuma ação. Estava de fato paralisado diante da crise vivida pelo País, equilibrado pela impotência dos grupos que o compunham. O Estado “de todo o povo” estava imobilizado pelo equilíbrio de expressão política das contradições dentro da sociedade que supunha representar”²³.

²²Idem. p.36.

²³ Idem. p.43.

O legado populista produziu diferentes cenários para Weffort, em certa medida por meio de uma falsa sensação de democracia gerada por um pensamento etapista²⁴ do desenvolvimento econômico e social. “A essas distintas bases sociais corresponderiam, portanto, diferentes perfis ideológicos revelando distintas formas de populismo, reverberando a argumentação elaborada em 1963”²⁵. Nesta lógica, o capítulo “Política e massas” cumpre atendo-se ao período populista como uma máscara que vela seu interior composto pela classe dominante e que cai mediante o golpe de Estado que inaugura uma nova época política do Brasil.

1.1. O jogo político das massas

Adentrando ao segundo capítulo, “Estado e massas no Brasil”, Weffort reforça a ideia de que a Revolução de 30 tornou-se o ponto inicial para a compreensão de uma nova chave política no Brasil. O surgimento do populismo, neste contexto, inaugurou a possibilidade de um “Estado democrático”²⁶ sustentado pela mobilização das massas e a procura pelo incentivo no setor industrial, colocando, por fim, o período oligárquico orientado por uma classe dominante que priorizava somente questões agrárias.

Além disso, o autor assume a discussão posta por Gino Germani ao analisar que o contexto em discussão faz parte de um processo de desenvolvimento político e econômico no país. A Revolução de 30 provocou o que Weffort captura como período de transição democrática. Assim, o autor elucida que:

²⁴ A formulação se baseia na construção teórica de Friedrich Engels, em especial, por meio do livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. (1995). O livro de Gino Germani *Política e sociedade numa época de transição* (1961) segue em diálogo com a linha de raciocínio de desenvolvimento social produzido por Engels. É possível observar que Francisco Weffort no livro *Populismo na política brasileira*, constantemente, indica referência com base nas produções de Gino Germani.

²⁵MUSSI, Daniela. KAYSEK, André. "A política de Massas: Francisco Weffort e as "Raízes do Populismo (1963-1966)". *Área temática "Pensamento político brasileiro"*. Curitiba: 11º encontro ABCP, 31 de julho - 3 de agosto 2018, p. 10.

²⁶WEFFORT, Francisco Correia. “Estado e Massas no Brasil”. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 45.

“Tem início, nessa época, a transição que poderia ser designada, nos termos da tipologia de Germani, como passagem de uma “democracia com participação limitada” a uma “democracia com participação ampliada” [...] Certamente, o período que se estende de 1945 (fim da ditadura de Vargas e início da redemocratização) até à queda do Governo Goulart realiza nitidamente as tendências e forças políticas que compõem as grandes coordenadas daquele processo”²⁷.

Deste modo, é possível analisar que, por meio do diálogo com Germani, Francisco Weffort caracteriza o fenômeno do populismo como fator explicativo de um recorte específico experimentado no país. Destaca-se, neste sentido, a importância da “historização do processo de democratização”²⁸. Assim, pode-se observar a conexão entre os fatores encontrados no fenômeno populista e a lógica de uma histórica econômica para caracterizar um possível processo democrático no Brasil.

A crise instalada possibilita a entrada dos sujeitos que pressionavam a favor da industrialização no cenário político. “A teoria da modernização, portanto, central nas análises de Weffort”²⁹. A resolução das tensões entre os interesses tradicionais e aqueles que visavam à modernização econômica desencadeou na eclosão de um grande compromisso entre o Estado e as demandas dos diferentes setores. Logo,

“O populismo em “Estado e massas no Brasil” aparece como produto de uma industrialização estruturalmente dependente, em uma configuração tal que nenhuma das classes ou setores dominantes, de origem rural ou urbana, é capaz de condições de “deter com exclusividade o poder político”. Esta dinâmica estrutural criaria, por sua vez, uma “circunstância de compromisso” em que o Estado “se afasta” de seus “interesses imediatos” para se “sobrepor ao conjunto da sociedade como soberano”³⁰.

²⁷ Idem. p.45

²⁸ Idem. p.46.

²⁹ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: O populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 111.

³⁰ MUSSI, Daniela. KAYSEK, André. "A política de Massas: Francisco Weffort e as "Raízes do Populismo (1963-1966)". *Área temática "Pensamento político brasileiro"*. Curitiba: 11º encontro ABCP, 31 de julho - 3 de agosto 2018, p. 13.

O Estado, nesta lógica, amplia a capacidade de ação à medida em que essas tensões provocam novos contornos políticos. A falta da consolidação ideológica, anterior a 1930, potencializa uma crise que revela a dificuldade de diálogo entre os interesses agrários e urbanos. Deste modo, pode-se observar uma inédita construção de poder no Brasil, tendo em vista que “observamos, com efeito, que nenhuma dessas duas grandes forças possui condições reais para se constituir nos fundamentos de uma nova estrutura de Estado”³¹. Portanto, é possível identificar o contraste em relação à política oligárquica e a inauguração do fenômeno populista no país.

A instauração de um Estado de compromisso transforma a liderança do governo em uma posição superior às demandas dos diferentes grupos. O alargamento do poder por parte do Estado possibilita o controle das pressões provocadas tanto pelos interesses individuais quanto em relação aos interesses gerais. O populismo opera no distanciamento desses confrontos de classes, no entanto, é importante frisar que essas pressões não deixam de existir, uma vez que esses interesses específicos não dependem um do outro para agir politicamente. Desta forma, Weffort compreende que:

“Depois de 1930, contudo, estabelece-se uma solução de compromisso de novo tipo, em que nenhum dos grupos participantes do poder (direta ou indiretamente) pode oferecer as bases da legitimidade do Estado: as classes médias porque não possuem autonomia política frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses cafeeiros porque foram deslocados do poder político sob o peso da crise econômica, os setores menos vinculados à exportação porque não se encontram vinculados aos centros básicos da economia. Em nenhum destes casos, os interesses sociais e econômicos particulares podem servir de base para a expressão política dos interesses gerais [...] Nestas condições, aparece na história brasileira um novo personagem: as massas populares urbanas. É a única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro”³².

Desta forma, o autor indicará a significativa influência das massas ao garantir base fundamental para a manutenção do mecanismo político. O Estado, ao nutrir-se do apoio oferecido pela massa popular, constrói linhas específicas de

³¹WEFFORT, Francisco Correia. “Estado e Massas no Brasil”. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 49.

³² Idem. p.50.

ação do governo, dentre elas o forte investimento em propaganda a fim de construir conexões diretas e indiretas com o povo, e as pautas dos direitos sociais, como na estruturação sindical. Deste modo, o fantasma do povo – o fenômeno do populismo – alcançará papel fundamental na história política e social do Brasil.

O Estado populista tratará de se portar como um governo de equilíbrio, condicionado a uma função de árbitro das principais decisões. Neste sentido,

“É evidente, além disso, que nos papéis de manipulador, doador ou árbitro, o detentor procura, por todos meios, preservar seu domínio, realizando sempre uma política realista entre as pressões dos grupos e sua necessidade de apoio popular”³³.

Apesar de apresentar motivações de controle social e não situar-se de forma subordinada, a administração populista necessitará da aprovação final das massas, colocando-se aberta às pressões do povo com o objetivo de sustentar a validação do governo.

O controle social, segundo Weffort, estaria ligado a um processo de manipulação que se alimenta dos mecanismos autoritários. O fim do primeiro período de Vargas desencadeou uma redemocratização controversa enquanto mantém a estrutura de diálogo entre a massa e uma forte presença de uma liderança populista. Neste sentido, compreende o autor:

“Deste modo, a nova democracia brasileira difere radicalmente do modelo registrado na tradição ocidental. E a diferença mais notável registrada na tradição ocidental. E a diferença mais notável está em que nesta democracia das massas, o Estado se apresenta de maneira direta a todos os cidadãos. Com efeito, todas as organizações importantes que se apresentam como mediação entre o Estado e os indivíduos são, em verdades, antes anexos do próprio Estado que órgãos efetivamente autônomos [...] Ao nível da liderança populista observa-se fenômeno semelhante nas relações entre o chefe e os indivíduos que compõem a massa que o segue”³⁴.

³³Idem. p.52.

³⁴Idem. p.53.

O populismo presente no contexto brasileiro manifesta um modelo de democracia específico na descrição realizada por Weffort. A democracia das massas possibilita que se sobressaia à figura dos sujeitos populistas, isto é, os indivíduos se tornam maiores que seus próprios partidos. Assim, torna-se possível captar os limites democráticos encontrados no fenômeno do populismo e o caráter autoritário na figura do presidente.

Além disso, ao constatar a massificação dos setores populares, Weffort aponta para a atomização dos sujeitos nos âmbitos sociais. O populismo analisado pelo autor identifica a manutenção da diferenciação das classes e a continuidade dos privilégios políticos, esvaziando o real poder democrático das massas populares. Desta forma,

“Analisando o crescimento democrático no cenário após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, Weffort observa que a importância das formas democráticas serve apenas para que se legalizem, mesmo que de maneira restrita, a possibilidade de as insatisfações populares alcançarem com certa restrição de autonomia o poder e intervir em seu funcionamento. Assim sendo, a questão maior que percorre seu pensamento, é a de relacionar uma estrutura de Estado democrático que nascia para a modernização e fazia forjar uma democracia muito frágil”³⁵.

Além disso, a urbanização torna-se fundamental na lógica de modernização apontada na obra de Weffort. As cidades de maior desenvolvimento produzem figuras populistas capazes de influenciar politicamente os diferentes setores da população. A sociedade brasileira, condicionada à política de massas, se caracteriza por quatro fatores principais, sendo eles a pressão popular, a manipulação limitada, o afastamento do pensamento tradicional e a motivação de classes.

Apesar de todo o investimento na industrialização no país, a classe média emergente não atinge, no governo, bases ideológicas suficientes, necessitando de um Estado populista para legitimar-se. Por outro lado, as massas, como peças fundamentais para o andamento político, mesmo obtendo intensa participação,

³⁵FERREIRA, A. Marlon. "Populismo e democracia em Francisco Weffort". *Conversas & Controvérsias*, v.6,n.1, Janeiro - Junho, 2019, p. 6.

também não adquirem a capacidade autônoma, tornando-se uma “massa de manobra”³⁶ em favor dos interesses do Estado. Nesta lógica, a conjuntura de um grande compromisso aglutina critérios ideológicos dos distintos grupos com o objetivo de reduzir as tensões e equilibrar a política interna.

O fenômeno do populismo, neste caso, nos revela como a pressão das massas é utilizada como afirmação de um mecanismo ideológico. Os anseios populares se colocam na política dos interesses nacionais. Neste sentido, é criado um universo mitológico acerca do Estado democrático, sendo esta reflexão posta abaixo com a ascensão dos militares ao poder. A concepção etapista de um desenvolvimento da democracia no Brasil esbarra na implantação de um sistema autoritário instaurado no país em 1964. Assim, como finalizou seu primeiro capítulo, Weffort reforça a inauguração da ditadura como importante “ponto de inflexão na história política brasileira”³⁷.

1.2. O esgotamento de um sistema

O desfecho da primeira parte proposta por Weffort se encerra com o considerado o mais importante de sua obra: o capítulo “O populismo na política brasileira”. O fenômeno populista, como mencionado em capítulos anteriores, provém de um estilo de governo construído por meio da relação entre o Estado e as pressões populares. Nesta lógica, a política de massas é utilizada como forma de controle social para conduzir possíveis crises de interesses, com o objetivo de atingir uma espécie de desenvolvimento econômico e participação política mais ampla.

O conceito de populismo pode ser compreendido como um processo de democratização do Estado à luz de alguma premissa autoritária presente em lideranças específicas, assim como “[...] o populismo foi um fenômeno político que assumiu diversas facetas e estas foram frequentemente contraditórias”³⁸.

³⁶WEFFORT. *Opcit.*, p. 58.

³⁷Idem. p. 60.

³⁸Idem. “O populismo na política brasileira”. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 61-62.

Weffort reforça a problemática conceitual correspondente à existência das ambiguidades teóricas em relação às suas próprias definições. Assim, o autor constantemente provoca as atenções para argumentos referentes às ações políticas e sociais, com intenção de não banalizar o termo.

Ademais, é possível denotar a insistência na análise que caracteriza o populismo como um fenômeno que opera por meio de mecanismo de manipulação. Desta maneira, Weffort atenta-se ao fato de que o controle do Estado em relação às massas não se expressa de forma total, tendo em vista que as mobilizações das classes populares indicam a ação de certa forma autossuficiente para despertar insatisfações e desejos em relação à política. O governo populista reconhece a necessidade da abertura de interação para o trato destas demandas. Deste modo,

“Foi ao mesmo tempo uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano [...] Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambigüidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder”³⁹.

É possível notar que as formas institucionais do Estado se ampliam em direção às bases sociais. A reorganização do Estado, a partir de 1930, produziu uma nova mentalidade de administração do governo. Os grupos dominantes da época, que desejavam assumir o governo, não efetuaram uma transformação social dessemelhante ao sistema anterior.

A princípio, Weffort indica o movimento tenentista como importante articulador político. Entretanto, o movimento fracassa ao não obter sucesso na relação com as massas urbanas – excluídas do processo revolucionário. A proposta de uma mudança estrutural radical impedia a interação entre os diferentes setores para se construir algum tipo de aliança. Logo, esse significativo obstáculo resulta na dificuldade da ação tenentista em ascender ao poder do Estado em meio às mudanças políticas de 1930.

³⁹Idem. p. 62-63.

Por outro lado, um movimento se sobressai e marca a transformação política no país. A Aliança Liberal, composta pela nova classe média emergente e a burguesia industrial, desempenha papel que obtém relativo sucesso no diálogo com a massa popular, uma vez que trata as questões sociais de modo específico, direcionando as demandas para o âmbito do Direito jurídico.

As medidas tomadas a respeito da legislação trabalhista, por exemplo, indicam novos sentidos para as classes populares à medida em que se sentem parte do projeto político elaborado pela Aliança Liberal. O Estado se portará como regulador dos interesses das classes dominantes e da classe trabalhadora. Logo,

“Em verdade, Aliança Liberal só visava a atender em mínima parte às aspirações populares e, no fundamental, buscava antecipar-se a um possível movimento popular [...] A incorporação das massas populares ao jogo político dependerá do curso posterior dos acontecimentos e, em particular da característica da instabilidade do novo equilíbrio de poder que se estabelece a partir da crise oligárquica. Não só o movimento de 1930 foi basicamente uma alteração na estrutura de poder operada “de cima” e, desse modo, capaz de antecipar-se às massas populares, como a própria participação destas últimas no jogo político se fará também “de cima para baixo.”⁴⁰

Apesar da ausência de participação direta das classes populares na Revolução de 30, Weffort compreende que não se pode atribuir indiferença por parte das massas, tendo em vista que esses sujeitos constantemente demonstraram insatisfações e pressões por mudanças sociais já nas primeiras décadas da República. Assim, posteriormente ao momento de instabilidade total da política oligárquica, o Estado adaptou um sistema que comportasse tais demandas, elaborando mecanismos de influência popular que garantisse a manutenção do governo.

Em meio às disputas ideológicas, o Estado conciliador firmará mais uma característica presente no que diz respeito ao populismo. O governo de Vargas conduzirá a política por meio de uma articulação que não demonstrava uma estabilidade de interesses, isto é, o conflito ideológico forçará o governo a tomar medidas prudentes para que haja uma sensação de harmonia entre os interesses.

⁴⁰Idem. p.65.

Por outro lado, ao longo da construção de uma nova gestão política, Vargas instaura a ditadura, fazendo com que seu interesse pessoal se sobressaia de forma concreta aos interesses dos diferentes grupos – dificultando, assim, a reflexão sobre o fenômeno do populismo.

Neste sentido, vale ressaltar a figura do líder populista como peça fundamental no esquema do governo. A figura do chefe compõe o Estado de compromisso de modo que estabelece uma rede de dependência entre o líder e as massas populares. Deste modo, pontua Weffort:

“Aparece assim na história brasileira o fantasma popular que será manipulado por Vargas durante quase dois decênios [...] Vargas encontrará a maneira de responder a todo o tipo de pressões sem subordinar-se, de maneira exclusiva e duradoura, aos interesses imediatos de qualquer delas [...] Se fosse necessário designar de algum modo a essa forma particular de estrutura política, diríamos que se trata de um Estado de compromisso que é ao mesmo tempo um Estado de Massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular”.⁴¹

O autor enfatiza a força das classes populares como atores centrais para a compreensão da lógica conceitual acerca do populismo. De fato, é possível identificar uma contradição ao pensar em manipulação e participação efetiva. Entretanto, Weffort compreende que o controle social imposto pelo Estado não resultou em passividade por parte das massas. Pelo contrário, a ação por demandas dos trabalhadores em busca de conquistas relativas à cidadania gerou uma relação de troca entre o governo populista, que se interessava pelo apoio popular, e a classe trabalhadora, que visava a valorização de seus direitos.

Nesta lógica, o jogo político torna-se presente na relação entre os trabalhadores que reivindicam seus interesses e, por outro lado, a figura do chefe de Estado que se coloca como concessor. Essa condição específica no regime populista evidencia um vínculo ambíguo. Ao mesmo tempo em que o diálogo pode ser compreendido como assimétrico, por meio de uma noção paternalista e autoritária, é possível constatar, ainda, a sensação de isonomia, tendo em vista o

⁴¹Idem. p.70.

reconhecimento dos sujeitos anteriormente excluídos do cenário político. A conjuntura populista permite que os sujeitos das diferentes classes sociais desempenhem papéis políticos em função do Estado.

Após a ditadura varguista, o populismo revela novas formas políticas, nas quais a massa popular se consolida definitivamente. Em 1945, Vargas sai de cena. “Pela primeira vez na história brasileira as massas urbanas aparecem livremente no cenário político”⁴². Essa maior autonomia vivenciada pela classe trabalhadora incomodou, de certa forma, grupos dominantes que já projetavam os anseios de golpes de Estado para, assim, retomar o controle social e político. Neste caso, Weffort compreende que:

“Os golpes de Estado se apresentam desde os primeiros anos de democracia como um recurso ao qual a direita ameaça recorrer para reparar sua importância eleitoral e para neutralizar os mecanismos institucionais que abrem passo a pressão popular. A oposição da direita à posse de Vargas em 1950, a crise de 1954 que termina com seu suicídio, as dificuldades opostas à posse de Juscelino Kubitschek em 1955, a renúncia de Quadros em 1961, a oposição civil-militar à posse de Goulart como sucessor de Quadros – são alguns dos episódios característicos de uma instabilidade política que pareceria indicar o esgotamento do quadro político surgido em 1930”⁴³

Deste modo, pode-se notar um horizonte político vulnerável conforme as ameaças de golpes rondam o governo, uma vez que o fenômeno populista provoca novos movimentos sociais. O contexto encontrado pós-Vargas potencializou as demandas por parte da classe trabalhadora. As pautas não giram mais somente em torno da parcela que vive no meio urbano, porém adquire proporções que atingem a classe trabalhadora do campo, que visava urgentemente reformas de bases.

Até a gestão de João Goulart, o regime populista manteve-se como modelo de governo principal. Contudo, a enorme pressão por mudanças estruturais do Estado indicou os limites do próprio populismo. A manipulação de massas, segundo Weffort, demonstrou significativamente suas insuficiências. Ao ver que as demandas postas pela classe trabalhadora atingiam diretamente uma

⁴²Idem. p.76.

⁴³ Idem. p. 77.

estruturação de poder historicamente construída, os grupos dominantes foram frontalmente contrários aos interesses da massa popular. Neste caso,

“O grande compromisso social em que se apoiava o regime se viu, assim, condenado por todas as forças que a compunham [...] E, apesar das intenções de alguns de seus líderes, encontrava-se condenado também pela fragilidade do populismo que se mostrava incapaz não só de manter o equilíbrio de todas essas forças como também de exercer um controle efetivo sobre o processo de ascensão das massas”⁴⁴.

Assim, esse cenário de impasses produziu uma grande crise nas transações entre governo e povo. O Estado de compromisso é quebrado, o acordo entre as classes populares e os grupos dominantes é rompido. Além disso, a situação se agrava cada vez mais ao passo que Goulart decide escolher seu lado na conjuntura política. O presidente, precedente ao golpe de 1964, pretende firmar as reformas sociais, uma delas a reforma agrária.

Os movimentos construídos pelas massas superam a capacidade de negociação do Estado. Os grupos dominantes se veem intimidados com as grandes mobilizações das massas populares. Esse grupo, composto pela classe média, pela direita e pela burguesia industrial, planeja uma marcante articulação política a fim de suprimir as demandas da classe trabalhadora – o golpe de 1964. Portanto, o fenômeno do populismo, ao mesmo tempo em que garante certa estabilidade de governo, aponta para a validade do próprio movimento político, tendo em vista que as tensões chegam ao ponto de consumir o próprio Estado e demonstram, ao longo do tempo, os limites do próprio regime.

⁴⁴Idem. p. 78.

Capítulo 2 - O populismo como incômodo: O trabalhismo em debate

“Não importa qual seja a escolha realizada: escrever sobre o populismo no Brasil será sempre um risco.”⁴⁵

A pluralidade encontrada na compreensão do conceito de populismo provoca uma ampla disputa em torno das definições e nos usos do termo no campo historiográfico. Há quem possa considerá-lo como fator explicativo de muitos significados e processos, contudo, outras interpretações podem apontá-lo como vazio ou inadequado para a análise de processos históricos. Neste caso, a fim de estabelecer uma crítica e até mesmo um diálogo à formulação desenvolvida por Francisco Weffort acerca do populismo, torna-se interessante considerar a linha de pensamento produzida pela historiadora Angela de Castro Gomes, especialmente na obra *A invenção do trabalhismo* (1988), em que os contextos históricos temporalmente iguais são estudados e tratados por um prisma distinto da análise sustentada por Weffort – já previamente dissecada no primeiro capítulo.

Angela Maria de Castro Gomes é formada em História (UFF) e doutora em Ciência Política (IUPERJ). Professora titular aposentada pela Universidade Federal Fluminense e professora Emérita do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Angela Gomes é uma das principais referências nos estudos sobre o conceito de populismo, ainda que a própria considere problemática a sua aplicação.

Em *A invenção do trabalhismo* (1988), escrito em contexto de redemocratização do país, Angela Gomes desenvolve uma profunda pesquisa sobre os desdobramentos de uma nova fase política no cenário brasileiro, por meio de um recorte do início da República até as eleições de 1945. Seguindo de forma contrária às análises consolidadas em relação aos acontecimentos do pós-30, visto por muitos estudiosos como um período populista no Brasil, Angela Gomes utiliza sua tese de doutorado para oferecer uma nova perspectiva da

⁴⁵ Gomes, Angela Maria de Castro. “Populismo e ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: J. Ferreira (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.53.

relação entre o Estado e a classe trabalhadora, germinada no início do século XX e levando em consideração as novas articulações políticas com a decadência das elites oligárquicas.

No início da obra, a autora já deixa claro o objetivo de afastamento com a terminologia do populismo, uma vez que visa conceder foco para a ação dos trabalhadores e retira o hegemônico protagonismo do Estado na construção político-social – diferentemente da análise realizada por Francisco Weffort. A luta dos trabalhadores, até mesmo anterior a 1930, torna-se o foco para as transformações da nova constituição brasileira⁴⁶.

“De todo modo, a análise contida em *A invenção do trabalhismo*, ancorada na ideia do “pacto trabalhista”, já representava uma forte crítica ao conceito de populismo e a proposição de uma perspectiva mais complexa para interpretar as relações entre Estado e classe trabalhadora no Brasil, sobretudo na Era Vargas.”⁴⁷

Neste caso, utilizando referências como E.P.Thompson, Barrington Moore e Luiz Werneck Vianna, são postas em discussão questões relacionadas à cidadania e à busca por direitos sociais dos trabalhadores, e este novo ângulo de compreensão aponta para a troca do termo populismo para uma nova conceituação – o trabalhismo.

A divisão do livro ocorre em duas partes centrais: a primeira com três capítulos e a segunda com cinco capítulos. Todavia, partindo do interesse específico na elaboração de um pensamento político em torno do fenômeno do populismo, serão selecionados dois capítulos fundamentais para a proposta aqui indicada. Os capítulos “A Invenção do Trabalhismo” e “Trabalhismo e Corporativismo” nos possibilitarão desenvolver bases que possam pensar a crítica ao conceito de populismo como a emergência de uma nova definição tida como trabalhismo.

Apesar de apontar novas atribuições à classe trabalhadora, Angela Gomes, ao longo da sua pesquisa, ressalta a importância do estudo em relação aos

⁴⁶Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 16 de julho de 1934.

⁴⁷PERLATTO, Fernando. "Angela de Castro Gomes: trajetória intelectual e percursos do conceito de populismo". *Conhecer: debate entre o público e o privado*, vol. 10, n.º.10,2020, p. 13.

discursos políticos, principalmente por parte do presidente Getúlio Vargas e de seu ministro Marcondes Filho⁴⁸. Além disso, pode-se observar a preocupação pela inserção de novos conceitos para caracterizar o trabalhismo, como corporativismo, sindicalismo e associativismo. Assim, é possível compreender a busca por identificar um “projeto trabalhista” na política brasileira:

“Seguir esta linha de análise é postular que o pacto entre Estado e classe trabalhadora no Brasil não pode ser entendido apenas segundo um cálculo utilitário de custos e benefícios. Ou seja, as interpretações que assinalam a importância da legislação do trabalho, em sentido amplo, para explicar a adesão da classe trabalhadora ao projeto trabalhista, estão corretas, mas não suficientes [...] Como foi visto, o processo de constituição da classe trabalhadora em ator coletivo é um fenômeno político-cultural capaz de articular valores, idéias, tradições e modelos de organização através de um discurso em que o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto.”⁴⁹

A autora inicia sua reflexão demarcando os espaços de atuação, seja política ou social. A interpretação que indica um grande acordo entre o Estado e a classe trabalhadora, de acordo com Angela Gomes, não pode ser entendida como suficiente para se compreender a lógica política por completo. Faz sentido apontar que, em meio ao caos político e às indefinições da Primeira República, as buscas por legitimidade e reconhecimento eram o objetivo de todas as partes. Entretanto, a supervalorização da ação do Estado traz o incômodo analítico para Angela Gomes – daí a procura por novos vestígios que possibilitem, de fato, um equilíbrio no papel de representação dos trabalhadores na política. Assim, afirma a autora:

“Falo de interesses e de projetos políticos e não de boa fé (de uma questão moral), bem entendido. Nessa lógica, como as leis eram feitas para não serem aplicadas, tais lideranças só poderiam ser políticos manipuladores e mal intencionados, querendo enganar o povo. Nesse sentido preciso, portanto, as análises que elaboram uma crítica à categoria de populismo, mas que reconhecem a efetividade da política social varguista não seriam propriamente textos acadêmicos. Do mesmo modo, a advertência que fazem sobre a importância da

⁴⁸Alexandre Marcondes Machado Filho (1892-1974) foi Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do governo de Getúlio Vargas entre os períodos de 1941 a 1945.

⁴⁹GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 24.

existência de leis e da possibilidade e capacidade da população delas se apropriar para defender e expandir direitos não é considerada”⁵⁰.

Neste sentido, é possível observar a importância da formação de uma classe trabalhadora no país. O trabalhismo, no livro simbolizado por essa luta constante dos trabalhadores por direitos, descarta o sentido manipulador do Estado. De acordo com Angela Gomes, esses sujeitos são capazes de assegurar suas opiniões e seus interesses próprios, considerando a não harmonia e a divergência de ideias. Isto posto, a inquietação que demonstra a autora é em emergir o trabalhador com uma figura histórica e ativa a ser destacada.

Ainda em caráter introdutório, vale ressaltar uma espécie de “ética do trabalho”⁵¹ postulada como fundamental para a virada de chave na direção de uma nova lógica de entendimento social. Despertado na Primeira República, os primeiros passos de movimentos dos trabalhadores e o significativo enaltecimento ao trabalho darão bases no sentido do estopim político e nas transformações sociais observadas pós-processo revolucionário de 1930. Neste ponto de vista, elucidada Angela Gomes:

“O valor fundamental do trabalho – como meio de ascensão social e não de saneamento moral – e a dignidade do trabalhador são o eixo em torno do qual se monta sua comunicação com a sociedade e com o mundo da política. O estatuto de trabalhador é o que dá identidade social e política ao homem brasileiro, fato magistralmente materializado pela criação da carteira de trabalho e pela definição da vadiagem como crime [...] A identidade coletiva da classe trabalhadora construída no Brasil – sua consciência de classe – é tão “verdadeira” quanto qualquer outra que tenha sido produzida por um processo histórico distinto.”⁵².

A construção da identidade dos trabalhadores de forma autônoma reforça a possibilidade do surgimento da consciência de classe por parte dos sujeitos que a compõem. Neste ponto, pode-se notar um distanciamento, também, da

⁵⁰Idem. "Reflexões em torno de populismo e trabalhismo". *Varia História*, n.º. 28, 2002, p. 62.

⁵¹Idem, Op cit., p.26.

⁵²Idem. p.27.

argumentação posta pelo sociólogo Gino Germani⁵³, a qual Francisco Weffort toma como importante referência. Quanto a isso, Angela Gomes rechaça a interpretação de uma força manipulatória por parte do Estado nas decisões e reivindicações pleiteadas por essa massa de trabalhadores.

O desenvolvimento desse sentido coletivo entre os trabalhadores, tidos como sujeitos ativos, permite o aparecimento de novas ideologias políticas no Brasil. Dentre elas, vale ressaltar a influência do socialismo e do anarquismo⁵⁴ como filosofias que conduzirão movimentos e organizações de presença significativa no cenário político e social. Assim como mencionado anteriormente, a imagem do trabalhador se transforma por meio do contato desses indivíduos com novas doutrinas e princípios que geram um novo imaginário dentro da sociedade brasileira.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que essas correntes de pensamento se constituem, o projeto liberal em vigor na Primeira República já não se sustenta mais. Na procura por reconhecimento ao trabalhador, formas associativas – sobretudo por meio de sindicatos e partidos políticos – serão colocadas em prática como modo de resistência a um sistema que demonstra profundas contradições, ainda que tais grupos se coloquem até em vertentes opostas – como na disputa ideológica de socialistas e anarquistas. Deste modo, de acordo Angela Gomes, pode-se compreender que:

“O ponto fundamental de mudança foi a absorção da ação partidária e eleitoral em combinação com o modelo de organização por sindicatos cooperativistas [...] Esta nova proposta política dos comunistas contra os anarquistas, veio combinar legitimamente ações políticas reivindicatórias com práticas assistencialistas no interior dos sindicatos, inaugurando uma nova dimensão de política sindical, sobretudo quando associada à participação partidária e eleitoral [...] Assim, ao término da Primeira República, já existia uma figura de trabalhador brasileiro, embora não existisse um cidadão-trabalhador. É com essa heterogênea herança que o Estado pós-30 irá lidar”⁵⁵.

⁵³ Reflexão compreendida através da construção teórica de Gino Germani no livro *Política y sociedad en una época de transición* (1971).

⁵⁴O trecho se refere especificamente ao Partido Comunista Operário e o Partido Comunista Brasileiro.

⁵⁵GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 edição, Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 30.

As vinculações dos meios partidários com o fortalecimento das ações sindicais produzirão efeitos importantes, principalmente no período pós 1930, tendo em vista que é um período de uma nova conformação política que ainda estaria sujeita à aprovação pública. Em vista disso, focando em especial no terceiro capítulo, homônimo ao título da obra, “A invenção do trabalhismo” será um fragmento importante para analisar as atribuições postas por Angela Gomes para estabelecer o conceito de trabalhismo como indicação mais adequada para caracterizar o processo histórico – em geral apontado como período do populismo brasileiro.

2.1. A política que aponta para os trabalhadores

Existem dois fatores que serão peças-chave para a compreensão da figura do trabalhador como necessária na política de Estado. A criação do Ministério do Trabalho⁵⁶ e o forte incentivo no Departamento de Imprensa e Propaganda na temática trabalhista indicam a busca do Estado por aproximação com as causas dos trabalhadores. O papel do rádio e dos jornais para propagar as informações e os feitos por parte do Ministério do Trabalho apresenta uma reorientação na experiência política brasileira. “Era a primeira vez no Brasil que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem, o rádio”⁵⁷. Assim, entretenimentos como *A hora do Brasil* e o jornal *A manhã* demonstram a atuação do Estado por via de uma comunicação direta com a massa popular.

A legislação trabalhista é posta como o elo que define a legitimidade do governo por meio do apoio popular, reconhecendo a figura do trabalhador como cidadão. Neste caso, sua ampla divulgação torna-se prioritária para o engajamento e manutenção do Estado. O governo de Vargas compreendia que “o tratamento da

⁵⁶ O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio surgiu em 26 de novembro de 1930.

⁵⁷ GOMES, Angela Maria de Castro. “A invenção do trabalhismo”. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 212.

questão social”⁵⁸ era visto como algo não adiável. Para que o projeto de desenvolvimento econômico do Estado brasileiro fosse bem-sucedido, a massa trabalhadora necessitava, além do acesso ao emprego, de condições favoráveis para contribuir.

A elaboração da legislação social no Brasil produziu um impacto no senso de pertencimento dos trabalhadores na lógica política e, conjuntamente, a estabelecia como um “patrimônio do trabalhador”⁵⁹. Além disso, como destacado por Angela Gomes, o governo varguista não somente visava aglutinar a massa de trabalhadores residente no meio urbano, como a expansão da informação da legislação era inserida no ambiente rural. Assim, quanto maior o alcance do Estado, maior a participação da classe popular e sua inserção no discurso político.

A argumentação da autora torna-se complexa à medida em que adentra na reflexão a respeito da linguagem pedagógica que tais ações do Estado podem produzir. Devido ao vácuo entre a política e os trabalhadores, a estratégia do governo de Vargas obteve relativo sucesso. Neste sentido, Angela Gomes ressalta que:

“A propaganda devia alcançar seu público justamente na medida em que lhe demonstrava seu valor, sua capacidade e também sua proximidade, com o emissor da mensagem. Marcondes, em inúmeras ocasiões, identificava-se não como o ministro, mas como um “*proletário intelectual*” que apenas executava um tipo de determinado trabalho naquele momento.”⁶⁰

Deste modo, é possível encarar uma linha bastante tênue entre o que seria uma política doutrinária encontrada no trabalhismo e a questão levantada por Francisco Weffort a respeito da intenção manipulatória do Estado sobre os trabalhadores no período populista. Angela Gomes, além de destacar o caráter ritualístico e simbólico da figura de Vargas, similar a uma leitura populista, desenvolve um imaginário no qual o Estado se porta como um legítimo doador. Por outro lado, essa forte liderança precisava se sustentar a partir da formação de

⁵⁸Idem. p.214.

⁵⁹Idem. p.213.

⁶⁰Idem. p. 216.

relação de troca com os trabalhadores. O investimento nos direitos sociais à classe trabalhadora possibilita a manutenção do apoio popular ao Estado. Nesta lógica, Angela Gomes, ao comentar sobre a manipulação voltada para o fenômeno do populismo, indica que:

“[...] a manipulação (que não é descartada) jamais era completa, havendo momentos de mobilização progressistas e conservadores. Ou seja, por meio desta reflexão, está sendo afirmado não só o caráter francamente burguês do regime populista, como sua natureza ambígua e contraditória, tanto autoritária, quanto democrática. Um equilíbrio sem dúvida instável, que poderia ser rompido pelo crescente peso dos setores populares, sobretudo em situações de crise econômica ou política. Desta forma, todos os exemplos de mobilização ocorridos entre os anos 40 e 60 mostrariam esta dupla face: a do fortalecimento das forças populares e da crença em um Estado benevolente.”⁶¹

O Estado Novo utiliza o contexto de guerra para afirmar uma renovada imagem do trabalhador brasileiro. Neste caso, os trabalhadores seriam peças fundamentais para se pensar um Estado forte à medida em que os indivíduos desenvolvem lealdade, comprometimento e esforço para com o governo. Desta forma, essa importante mobilização estaria sob direção na figura de um chefe de Estado – Getúlio Vargas, ponto de semelhança visto também na caracterização realizada por Weffort sobre o processo populista. Desta maneira, Angela Gomes sugere que:

“O poder desse líder – que é o poder do discurso populista e da própria noção de povo – está na efetivação do vínculo básico e metonímico entre a parte e o todo, entre o invisível e o visível, remetendo a permanências e transformações em um mundo social, em parte conhecido e em parte desconhecido, mas sempre desejado.”⁶²

Ao alcançar uma quantidade significativa de apoio dos trabalhadores, a mitologia em torno do Estado e, principalmente, de Vargas, conduz um processo

⁶¹Idem. “O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. *Tempo*, vol. 1, n.º 2, 1996, p.12.

⁶²Idem. “O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil”. Rio de Janeiro: *Sinais Sociais*. v.9, n.25º, 2014, p. 20.

de controle político e social. A política varguista utiliza articulações e ideias de certa forma visionárias. A habilidade de Vargas de se antecipar aos problemas sociais seria algo transformador na política brasileira. Desta forma,

“No gênio do presidente, capaz de por sua inteligência superior, entender e resolver os problemas da nacionalidade em clima de harmonia, bem conforme à índole brasileira, e na sua imensa e particular *sensibilidade*, que o levava à franca e direta comunicação com o homem do povo, com a “*sabedoria das multidões*”. Daí os dois pares de epítetos sempre usados na referência a Vargas: o *chefe/guia*, praticamente incomparável, já que infalível, e o *amigo/pai*, que vibrava ao mesmo compasso que sua família. Esta relação era entendida a todos os brasileiros, mas era mais forte e estreita com os trabalhadores.”⁶³

A presença de uma liderança carismática é marcante, também, na reflexão a respeito do trabalhismo no Brasil. O engajamento político em favor dos direitos dos trabalhadores será consolidado por meio da legislação social. A construção de tais medidas esclarece a preocupação do Estado em antecipar movimentos contrários ao governo. Sendo assim, valorizar a figura do trabalhador seria “investir” em uma estratégia que garantisse uma base vital de apoio e continuidade política.

Ao outorgar os direitos à massa de trabalhadores, o Estado espera, por parte desses indivíduos, a mobilização e participação necessária. Este modelo político, segundo a autora, estabeleceu uma específica tradição política no Brasil. O papel da legislação serviu como mecanismo ideológico que, ao mesmo tempo que garante o bem-estar social do trabalhador, impede os conflitos sociais e defende a estabilidade do governo.

Sob outra perspectiva, é possível observar, novamente, um resgate da argumentação posta na perspectiva de Weffort. Angela Gomes, ao conceituar o trabalhismo movido por meio de uma relação de troca, analisa a percepção de um *Estado de compromisso*⁶⁴. “O povo tinha o direito de receber, e, portanto, o dever

⁶³ Idem. “A invenção do trabalhismo”. *A invenção do trabalhismo*. 3 edição, Editora: FGV, 2005, p. 221.

⁶⁴ WEFFORT, Francisco Correia. “Estado e Massas no Brasil”. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 50.

de retribuir.”⁶⁵ Assim, o debate acerca do líder de Estado, que concede os direitos, e a massa popular, que oferece o suporte político, torna-se presente no estudo do processo histórico.

Além disso, é inevitável não ressaltar a força com que o Estado se projeta no plano político de Vargas. O projeto que visava uma totalidade de alcance desenvolve um imaginário também sagrado para o serviço ao Estado. A luta dos trabalhadores por cidadania e participação é notavelmente legítima de ser destacada, entretanto, a forma com que o acordo se construiu ainda se firmava de modo hierárquico. Assim, Angela Gomes determina que:

“A invenção do trabalhismo como ideologia da outorga permite justamente refletir sobre a dimensão simbólica que alimentava e dava feição específica a estas relações políticas, a este pacto social. Esta dimensão põe em foco singular a dinâmica entre repressão e mobilização exercitada neste período, da mesma forma que permite compreender melhor a longevidade das noções construídas pelo discurso político estado-novista.”⁶⁶

O trabalhismo, neste sentido, opera por meio da relação de valorização do trabalhador, que, por sua vez, o Estado requisita pela maior produção e fidelidade ao projeto político. O governo de Vargas cumpre sua “dívida” implementando as leis sociais e os sujeitos contribuem por meio da jornada de trabalho.

“Atribuir aos trabalhadores um papel ativo, vale dizer, uma presença constante na interlocução com o Estado, significava reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes de se apropriar e reler as posturas político-ideológicas um do outro.”⁶⁷

Dessa forma, Angela Gomes, ao conferir o conceito de trabalhismo como um ponto importante da cultura política brasileira, projeta também novas funções e roupagem à figura do trabalhador brasileiro. A autora considera importante o diálogo com a interpretação posta, principalmente com base nas formulações de

⁶⁵GOMES. Op cit., p.232.

⁶⁶Idem. p.232 – 233.

⁶⁷ Idem. “O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. *Tempo*, vol. 1, n. 2, 1996, p. 14.

Francisco Weffort, mas evidencia a possibilidade de encarar o processo histórico do populismo sob um novo viés, sendo ele por meio da compreensão do trabalhismo.

2.2. O corporativismo como mecanismo de solução

Em seguida, o capítulo “Trabalhismo e Corporativismo” oferece, de forma mais específica, a estrutura organizacional e estratégica do modelo político posto em discussão por Angela Gomes. O Estado varguista visualizava nas medidas trabalhistas soluções para os problemas graves presentes na sociedade brasileira. A organização sindical serviu para moldar os indivíduos em favor do Estado, por outro lado, a intervenção do governo era fundamental para direcionar e regular os trabalhadores. Assim, o caráter nacionalista imerge no imaginário do trabalhador, uma vez que, ao adentrar em seu meio social, o governo controlava o surgimento de possíveis novas “ideologias estranhas”⁶⁸ e visava sobressair os princípios do Estado.

A criação do Ministério do Trabalho tinha como função principal racionalizar as questões dos trabalhadores. Além disso, essa estrutura ministerial, para além dos assuntos econômicos, tinha acesso a outros setores, vinculados à saúde e à educação. O interesse pedagógico e no bem-estar do trabalhador indicava a intenção do Estado em controlar a mente e o corpo desses indivíduos⁶⁹. Nesta lógica, Angela Gomes propõe a relação do trabalhismo amparada por um amplo programa corporativista.

Neste sentido, a autora extrai importantes ações realizadas pelo Estado em favor de garantir um *upgrade* na qualidade de vida desses trabalhadores. Desta forma, Angela Gomes expõe que:

⁶⁸ Neste trecho é importante destacar a reflexão posta por Alfredo Bosi por meio do artigo “Formações Ideológicas na cultura brasileira” (1995). O Estado, neste caso, expressa a preocupação em se projetar acima das ideologias, das classes e dos conflitos de pensamento e das ações sociais.

⁶⁹Idem. “Trabalhismo e Corporativismo”. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 239.

“Um exemplo concreto deste tipo de atitude era a criação do serviço social de Alimentação da Previdência Social (Saps), pelo qual se procurava possibilitar maior vitalidade física aos que trabalhavam e assim concorrer para uma melhor situação de saúde. No terreno da política habitacional, duas eram as iniciativas citadas. A Liga Nacional Contra o Mocambo, criada em Recife em julho de 1939, e os programas de construção de casas populares levados a efeito pelos Institutos e Caixas de pensões, particularmente, no Distrito Federal.”⁷⁰

O corporativismo, especialmente sindical, significa a real aproximação do Estado com os trabalhadores. O recorte encontrado por Angela Gomes a respeito da efetivação da forma de atuação corporativista, em conjunto com as concepções previamente construídas pelo modelo encontrado no trabalhismo, se dá na transição entre o período autoritário do Estado Novo e o retorno político democrático no país, Ono qual o fim da guerra incentivou o surgimento deste novo contexto.

“Dessa forma, o objetivo da propaganda do corporativismo brasileiro no pós-42 não era simplesmente criar uma massa que seguisse a proposta do Estado por ausência de alternativas. Era em certo sentido específico, mobilizar, preparando lideranças e criando seguidores [...] Ele envolvia a existência e a importância de um sofisticado discurso de difusão ideológica que comportava níveis não desprezíveis de mobilização política.”⁷¹

Nesta lógica, a reflexão construída por Angela Gomes aponta para o sentido ideológico do trabalhismo corporativista. O incentivo para os trabalhadores de se associarem ao sindicato demonstra a preocupação do Estado em arquitetar bases para uma transição que favoreça o próprio governo para futuras eleições. A concepção corporativista oferecia um modelo político que se afastava dos enfrentamentos diretos e promovia uma aproximação por meio de uma nova alternativa política viável, também, para as diferentes classes sociais.

A democracia, no pós-guerra, estava em constante discussão e já produzia críticas ao modelo construído pelo Estado Novo. A transição democrática estava

⁷⁰Idem. p. 243.

⁷¹ Idem. p. 255.

cada vez mais inevitável, assim, o governo de Vargas elaborava estratégias para se adequar a tal contexto. A propagação ideológica e o incentivo na mobilização das massas de trabalhadores eram vistos como necessários para a manutenção do governo.

Por outro lado, vale ressaltar que mesmo com a intenção de expor uma continuidade, os trabalhadores puderam exercer, em nova conjuntura democrática, a sua participação política de forma mais efetiva. É possível observar a procura por construir uma cultura política em que o Estado exerça uma função de árbitro dos conflitos sociais e ideológicos presentes na sociedade brasileira. Neste caso, Angela Gomes sintetiza que:

“O corporativismo democrático brasileiro devia ser construído pela compatibilização de um Estado forte com um indivíduo livre [...] O sindicalismo, nesta concepção, transformava-se em instrumento de guerra social, não se reconhecendo a viabilidade de um equilíbrio justo entre capital e trabalho, entre Estado e indivíduo.”⁷²

A autora demonstra a especificidade da articulação corporativista no Brasil. O governo de Vargas preocupa-se, principalmente, com o viés econômico – por meio da legislação social e da diversidade sindical. Já os movimentos corporativistas vistos na Europa buscavam um direcionamento essencialmente em favor das questões políticas do partido. “Qualquer que fosse o sistema partidário adotado, trabalhismo e corporativismo sobreviveriam.”⁷³. Deste modo, a perspectiva proposta por Angela Gomes, neste fragmento da obra, foi indicar a forma com que esses dois mecanismos politicamente estratégicos restituíram elementos para o alargamento de uma política que já se mostrava defasada. À vista disso, o governo de Vargas carecia de um renovado modelo de compromisso com a massa de trabalhadores.

Neste sentido, é possível destacar o esforço de Angela Gomes em fincar a importância das políticas trabalhistas do específico recorte histórico compreendido. O livro *A invenção do trabalhismo* (1988), especialmente nos

⁷² Idem. p. 258.

⁷³ Idem. p. 261.

capítulos aqui analisados, almeja valorizar a figura do trabalhador brasileiro como um personagem central para as transformações sociais do século XX no Brasil. Deste modo, em caso semelhante compreendido no conceito de populismo, o Estado trabalhista mantém a lógica contraditória em suas definições. É inegável a preocupação em destacar as ações, de certa forma autônoma, dos trabalhadores. Entretanto, as concepções paternalistas, o teor manipulatório do governo e a liderança carismática tornam-se presentes nas discussões do trabalhismo.

O foco na legislação social desenvolve, sem dúvidas, uma argumentação específica ao processo histórico, mas decai, apesar disso, na reflexão no tocante à prática de troca entre o Estado que concede e a massa trabalhadora que compensa com a dedicação ao trabalho e no apoio ao governo. Além disso, existem ambiguidades ao pensar os mecanismos sindicais e o movimento corporativista, à medida que o Estado elabora estratégias de controle social e conservação/sucessão política. Em contrapartida, esse específico movimento trabalhista possibilitou o surgimento de novas formas de atuação e participação dos trabalhadores. Logo, pode-se observar a dificuldade de se desvincular da compreensão sobre o populismo brasileiro, mas, certamente, a formulação posta por Angela Gomes contribuiu para novas perspectivas e orientações a respeito do fenômeno histórico.

2.3. Repensando o fenômeno populista

Ao analisar os importantes pontos propostos por Angela Gomes em *A invenção do trabalhismo* (1988), a autora aproximadamente uma década após a publicação desta produção escreve um ensaio que concede uma trajetória historiográfica ao populismo brasileiro e, ao mesmo tempo, busca dialogar com o livro aqui analisado em alguns capítulos. O texto foi utilizado como parte, também, do capítulo do livro *O populismo e sua história: debate e crítica* (2001) organizado pelo historiador Jorge Ferreira⁷⁴. Intitulado de “O populismo e as

⁷⁴ O livro integra produções de artigos recentes produzidos por diferentes análises sobre o populismo. O estudo de Jorge Ferreira articula as reflexões de historiadores, além de Angela de Castro Gomes, nomes também como de Maria Helena Capelato, Lucília de Almeida Neves, Fernando Teixeira da Silva, Daniel Arão Reis filho, o próprio Jorge Ferreira e entre outros importantes intelectuais que revisitaram o fenômeno populista no Brasil.

ciências sociais no Brasil: notas sobre um conceito” (1996), previamente pincelado em algumas citações ao longo desta pesquisa, é possível conceder um panorama de conclusão do pensamento realizado por Angela Gomes.

A discussão historiográfica se dá a partir das produções construídas na década de 50, considerando como o fenômeno do populismo se tornou um marcante símbolo da cultura política nacional. Angela Gomes aponta para a vivacidade e, digamos, até “teimosia” da categorização do populismo nos debates e nos meios de comunicação. Neste caso, a autora revisita as principais formulações para compreender um termo que se solidificou no vocabulário político no Brasil. Além disso, reforça a problemática gerada pela adjetivação do conceito no imaginário social, observada, principalmente, em diálogos do senso comum ou em discursos políticos.

Ao analisar as primeiras formulações realizadas pelas produções do chamado Grupo de Itatiaia nos anos de 1950, Angela Gomes ressalta a necessidade de compreender e conceituar o fenômeno do populismo por meio de sua própria historiografia. A caracterização básica que a autora irá analisar segue associada a uma política de massas, à conscientização da classe trabalhadora, à falta de habilidade política de uma classe dirigente e, sem dúvidas, à força de uma liderança carismática na administração do Estado. Além disso, Angela Gomes compreende a força do termo nos estudos latino-americanos, assim como nos diferentes campos das ciências sociais que se debruçarão em pesquisas sobre a influência do populismo.

Neste sentido, como mencionado no início deste capítulo, a autora Angela Gomes não perde de vista as formulações postas por Francisco Weffort a respeito do populismo. Além do Grupo de Itatiaia, em 1950, outro grupo importante – o qual compõe os principais estudos intelectuais dos anos 60 e 70 – é colocado pela autora como fundamental para o entendimento de novas produções acerca do processo histórico daquele período que pode ser pensado como populista no Brasil. Desta maneira, Angela Gomes descreve que:

“Talvez se possa dizer que só então o populismo encontra, em um integrante do grupo citado, seu mais importante teórico no Brasil: o professor de ciência

política da Universidade de São Paulo (USP), Francisco Weffort. Por esta razão, torna-se necessária uma incursão especial a suas formulações”.⁷⁵

O aprofundamento na reflexão de Francisco Weffort, previamente realizado no primeiro capítulo desta pesquisa, compreende a reflexão realizada pelo cientista político para uma formulação historiográfica específica que introduz o populismo no vocabulário político brasileiro. A produção simbólica de Weffort obteve o espaço central na construção analítica realizada por Angela Gomes. O livro *O populismo na política brasileira* (1978) revela a própria tensão no contexto de produção acadêmica dos cientistas sociais. Em tom de questionamento, Weffort irá analisar a fundo o período de governos populistas brasileiros, especialmente entre 1945 a 1965. Além disso, termos já trabalhados no início do trabalho, como um Estado de Compromisso e um Estado de Massas são revisitados por Angela Gomes, demonstrando o interesse em traçar os elementos básicos do fenômeno e, da mesma forma, entendendo os limites e as instabilidades encaradas por um governo populista.

Um ponto fundamental do estudo de Angela Gomes, além de debruçar-se sobre as reflexões de Weffort, é colocar em destaque o populismo em constante movimento. O fenômeno é observado por meio das semelhanças em comum com as diferentes experiências históricas; por outro lado, a evolução se apresenta à medida em que o populismo pode ser facilmente mutável. Isto é,

“No caso, a resposta encaminha uma espécie de “evolução” do populismo, já que se estabelece uma relação “originária” de dependência que poderia ser minimizada com o tempo, pois implicaria ambiguidade no reconhecimento da própria cidadania das massas, consagrada por uma série de direitos legais.”⁷⁶

O populismo, neste caso, opera nas contradições devido ao alto grau de transformação que o fenômeno age, em uma espécie de *morde e assopra*. Existem momentos de maior controle social e outros de maior participação e autonomia dos trabalhadores – basta ao historiador encarar o populismo de maneira que

⁷⁵GOMES, Angela de Castro Gomes. “O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. *Tempo*, vol. 1, n. 2, 1996, p. 29.

⁷⁶ Idem. p. 35.

possa contemplar os diferentes campos de análise. Angela Gomes desenvolve uma argumentação reconhecendo o poder semântico do populismo no vocabulário popular. Assim como aponta em seu texto, o conceito do trabalhismo não fechou o campo do fenômeno populista, pelo contrário, acrescentou mais elementos para serem abarcados pelos demais estudiosos.

“Neste aspecto particular, o trabalho procurava se contrapor a uma forte interpretação que explicava o sucesso populista como o resultado de um cálculo utilitário em que ganhos materiais eram trocados por obediência política, claramente referida à dimensão da manipulação”⁷⁷.

Deste modo, procurar romper com a concepção de um Estado absoluto e a imagem heroica de certas figuras históricas cristalizadas, seguramente se tornou o principal legado deixado por Angela Gomes ao longo de suas produções. Atribuir ao populismo a marca da classe trabalhadora ao fenômeno por meio de uma perspectiva socialmente ativa evidencia a dimensão cultural de uma política popular brasileira. Neste caso, Fernando Perlatto, doutor em sociologia pela IESP-UERJ, reforça:

“Não obstante o fato do conceito de populismo continuar sendo mobilizado por diferentes autores para a análise de determinados períodos históricos, bem como da política contemporânea, não restam dúvidas de que as críticas a esse termo formuladas por Angela em *A invenção do trabalhismo* e em trabalhos posteriores contribuíram substantivamente para uma interpretação mais complexa e nuançada sobre as formas de dominação no país. As pesquisas dedicadas à temática têm cada vez mais conferidas maior capacidade de ação e de autonomia aos setores populares, compreendendo-os como sujeitos sociais que, a despeito das relações de poder, também pensam, formulam e constroem estratégias para a reivindicação, a conquista e a manutenção de seus direitos”⁷⁸.

O reconhecimento da ação dos diferentes setores sociais, para além de um “pacto trabalhista”⁷⁹, possibilita analisar um cenário democrático na política brasileira. Sob outra perspectiva, o fenômeno do populismo revela em seu “esgotamento” as complexidades democráticas no país, tendo em vista que se

⁷⁷ Idem. p. 48.

⁷⁸ PERLATTO, Fernando. "Angela de Castro Gomes: trajetória intelectual e percursos do conceito de populismo". *Conhecer: debate entre o público e o privado*, vol. 10, n.º.10,2020, p. 113.

⁷⁹ GOMES, Op cit.,p. 48.

torna perceptível o movimento de setores dominantes em romper com um modelo político que realiza o atendimento das demandas das classes populares. Por mais que a interação política seja desigual entre o Estado e os trabalhadores, a viabilidade do reconhecimento de uma população historicamente silenciada e excluída socialmente permite uma análise particular ao populismo.

Considerações finais

*“Somos bem realistas e racionais ao acreditar no que acreditamos. Por isso é importante saber por que o mundo em que vivemos continua a nos enviar esses sinais evidentemente contraditórios. E é importante saber também como podemos viver com essa contradição”.*⁸⁰

A reflexão a respeito do tema sobre o populismo brasileiro nos permite compreender a importância da análise de um balanço historiográfico que contribua para o entendimento sobre seus usos e sentidos. O objeto de análise se estabeleceu em duas vertentes fundamentais desenvolvidas por Francisco Weffort e Angela de Castro Gomes, para se compreender a lógica de ação do conceito do populismo brasileiro, ressaltando, também, que outras fontes historiográficas que poderiam ser agregadas à reflexão. Entretanto, a escolha deve-se ao fato que os dois influentes intelectuais, levando em conta seus contextos de produção, garantiram para este estudo um recorte específico de análise. Além disso, as obras constantemente dialogam, se opõem e, principalmente, se completam.

Estabelecer frente a frente à perspectiva de dois campos – a Ciência Política e a História – possibilita para o estudo contemplar metodologias de pesquisa que tem suas próprias práticas e modelos de se produzir o conhecimento. Deste modo, é possível concluir que o fenômeno populista, concordando com a terminologia ou não, já está cristalizado como parte da cultura política e intelectual no Brasil. Assim, percebe-se a necessidade de cada vez mais atualizar o conceito que, em tempos presentes, está sendo recuperado e acionado nos diferentes campos e discursos.

O caráter historicizante se colocou como mecanismo principal para a realização deste trabalho monográfico, reconhecendo as temporalidades e o espaço de ação do conceito por meio das fontes aqui analisadas. Seguindo a base metodológica de Maria Helena Capelato, “a reconstituição histórica em

⁸⁰BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 9-10.

perspectiva comparada de vários “populismos” pode contribuir para a compreensão dos aspectos comuns, bem como das especificidades”⁸¹. Neste sentido, o primeiro capítulo desta monografia se propôs a dissecar a argumentação de Francisco Weffort e captar as principais caracterizações postas na argumentação. O cientista político deduz a categoria do populismo através da concepção de um Estado de compromisso – por meio de uma relação de troca assimétrica entre o Estado e a classe trabalhadora, além da presença da liderança carismática e a manipulação parcial – que reforça o controle do Estado, mas não descarta a ação da classe popular.

Seguindo essa lógica, o autor considera que a participação popular a partir de 1945 dá início a um novo seguimento de democracia no país. Deste modo, as massas urbanas adquirem um papel político ainda não desfrutado historicamente. Por outro lado, mesmo que a ditadura de Getúlio Vargas no período do Estado Novo tenha terminado, o apoio sobre sua figura se mantém de forma consolidada no imaginário popular. É neste contexto que seguirá a política populista até a chegada de Jânio Quadros como presidente e João Goulart como vice ao poder, em 1961. Assim, Weffort, como dito acima, define o populismo por meio da chave fundamental do Estado de compromisso como fator que possibilita a manutenção das lideranças no controle político no Brasil.

Neste sentido, sustentando uma perspectiva etapista da história, Weffort reforça a ideia de que o fenômeno populista se inflou de tal modo que resultou em seu próprio esgotamento. Foi possível observar que a intensa participação popular motivou descontentamentos por parte da classe dominante, assim, mecanismos de sabotagem e golpes políticos são colocados em prática. O autor compreende a existência de uma contradição entre uma elite dominante que deseja o desenvolvimento econômico do Estado e, da mesma forma, breca as reformas sociais para a melhoria da classe popular. Logo, os conflitos sociais alcançam proporções significativas, refletindo em crises políticas que provocaram o colapso do modelo populista.

⁸¹CAPELATO, Maria Helena. “Populismo Latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 111.

Sob outro ponto de vista, em síntese ao segundo capítulo deste estudo monográfico, Angela Gomes coopera em dilatar a reflexão posta por Francisco Weffort, à medida em que a historiadora produz uma perspectiva inclinada aos aspectos sociais, conduzindo um enfático contraponto às reflexões clássicas ao conceito de populismo. Crítica a uma concepção mitológica do populismo, a autora desenvolve em seus estudos a ideia de um processo brasileiro voltado para a caracterização do fenômeno do trabalhismo no país, e, principalmente, manifesta nas intensas ações dos trabalhadores a constituição de uma legislação trabalhista, nos associativismos e nos sindicalismos. Assim, segundo Angela Gomes, a teoria do populismo supervalorizaria a figura do Estado e não reconhecia a ação dos trabalhadores manifesta antes, inclusive, de 1930.

No entanto, a autora denota em estudos mais recentes a manutenção da semântica do populismo no vocabulário político. Mais do que isso, Angela Gomes constata a “reemergência do fenômeno populista”⁸² nos governos brasileiros, em especial no recorte pós final da década de 90, apontando criticamente ao fato do conceito do populismo ressurgir para caracterizar novamente os governos e processos políticos brasileiros. Deste modo, Angela Gomes intitula um de seus importantes trechos de pesquisa, até de forma irônica em relação à categoria do populismo, como um “Gato de Sete Vidas”⁸³ do campo intelectual no Brasil. Seguindo esta lógica, a historiadora indica a possibilidade do aparecimento de um renovado estilo de populismo na política, em nova roupagem, um fenômeno agora presente em perspectiva neoliberal e impulsionada por um novo processo eleitoral no país. Além disso, vale ressaltar os novos mecanismos de comunicação movidos pelo desenvolvimento das mídias digitais, ampliando o campo de difusão de informações.

Assim, a motivação deste estudo seguiu no sentido de que é importante analisar as origens e as heranças do populismo brasileiro a partir de reflexões consolidadas no campo intelectual, para se compreender movimentos políticos e sociais presentes, até então, no contexto de escrita deste trabalho monográfico. A possibilidade de um retorno aos modelos populistas, mediante as inovações do

⁸² GOMES, Angela de Castro Gomes. “O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. *Tempo*, vol. 1, n. 2, 1996, p. 49.

⁸³ *Idem*. p. 49.

sistema capitalista, se coloca cada vez mais perceptível. Aliás, é possível observar que o caráter cultural do fenômeno populista pode ser encarado sob um olhar de esperança de que, de alguma forma, aquele sujeito ou aquela liderança política possa atender às suas reivindicações, lutas e inquietações sociais.

Sob outra perspectiva, um ponto importante de conexão entre as duas perspectivas aqui colocadas em discussão é apresentado na caracterização de um traço autoritário visto pela lógica política no país. A retórica paternalista é perceptível nos discursos, tendo sempre como eixo as preocupações em garantir uma cidadania para as classes populares que se mostram tardias em comparação a países mais desenvolvidos pelo mundo – apontando, sem perder de vista, os contextos históricos de cada país. O populismo se assemelha a uma areia movediça: quanto maior a agitação para se sair de uma bolha autoritária, maior será a puxada para a retomada de um controle e estabilização social, assegurando que não ocorram mudanças radicais na política e nos direitos sociais.

O aparecimento constante de discursos populistas impregnados na política brasileira demonstra a alternativa possível para retardar os anseios populares e, ao mesmo tempo, preservar a estrutura dominante, tanto política quanto socialmente, no país. Por outro lado, é inegável que, apesar da complexidade demonstrada politicamente, o fenômeno do populismo trata, também, de conceder uma rota oportuna em direção aos meios democráticos no país, do contato entre o povo e a estrutura do Estado, mesmo que seja de forma visivelmente hierárquica. A intensa disputa na política brasileira estabelece no populismo a capacidade de gestão que possa conciliar os diferentes interesses sociais – a valer uma terceira via.

Portanto, cabe ao historiador estar atento as atualizações que o conceito poderá oferecer ao longo do tempo. O campo intelectual do populismo nunca esteve tão aberto para novas compreensões; há leituras cada vez mais recentes baseadas em novas perspectivas e definições. A construção teórica requer um trabalho que interprete os sentidos do termo que poderá produzir efeitos através do tempo, como aponta Koselleck – diacronicamente⁸⁴, bem como na percepção

⁸⁴ Reflexão baseada da concepção de sincronia e diacronia dos conceitos modernos de história desenvolvida por Reinhart Koselleck. Ver em *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006).

de que os conceitos surgem para além das produções intelectuais, mas que historicamente habitam e agem nos meios sociais.

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus, 1998.

_____. "Populismo Latino-americano em discussão". In: FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CONIFF, M. *Política Urbana no Brasil: A ascensão do populismo 1925-1945*. Tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2006.

D'ARAUJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 13 ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, A. Marlon. "Populismo e democracia em Francisco Weffort". *Conversas & Controvérsias*, v.6, n.1, 2019.

GERMANI, Gino. De la sociedad tradicional a la participación total en America Latina. In: GERMANI, G. *Política y sociedad en una época de transición*. 1971.

_____. "Democracia representativa y clases populares". In: GERMANI, G.; DI TELLA, T. S.; IANNI, O. *Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica*. México D.F: Ediciones Era, 1973.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. "O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil". Rio de Janeiro: *Sinais Sociais*. v. 9, n.25º, 2014, p. 20.

_____. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

_____. *Política: História, Ciência, Cultura etc*. In: Revista Estudos Históricos. Volume 9, n.º 17, 1996.

_____; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

IANNI, Octávio. "A esquerda e as massas". *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1966].

_____. "Notas sobre o populismo russo e norte-americano". *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. Populismo y relaciones de clase. In: GERMANI, G.; DI TELLA, T. S.; IANNI, O. *Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica*. México D.F: Ediciones Era, 1973.

_____. "Populismo e nacionalismo". *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JAGUARIBE, Hélio. "O que é o Adhemarismo?" Rio de Janeiro: *Cadernos do Nosso Tempo*, n. 2, 1954.

_____. "Problemas do nosso tempo e do Brasil?" Rio de Janeiro: *Cadernos do Nosso Tempo*, n. 2, 1954.

JASMIM, Gantus. "História dos Conceitos e Teoria Política e Social: Referências preliminares". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, vol. 20, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução original Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; Revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MUSSI, Daniela. KAYSEK, André. "A política de Massas: Francisco Weffort e as "Raízes do Populismo (1963-1966)". *Área temática "Pensamento político brasileiro"*. Curitiba: 11º encontro ABCP, 31 de julho - 3 de agosto 2018.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. In: Anos 90. Porto Alegre: PPG em História – UFRGS, vol. 11, n. 19/20, 2004.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PERLATTO, Fernando. "Angela de Castro Gomes: trajetória intelectual e percursos do conceito de populismo". *Conhecer: debate entre o público e o privado*, vol. 10, n.10, 2020.

SILVIA, A. “Discurso e identidade: breve caracterização linguístico-discursiva do populismo”. *Linha D'Água*, v. 25, n.1, 2012.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Raízes sociais do populismo em São Paulo*. Revista Civilização Brasileira, a. 1, n. 2, 1965.

_____. *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após guerra*. São Paulo: Estudos CEBRAP, n. 4, 1973.

_____. *Raízes sociais do populismo em São Paulo*. Revista Civilização Brasileira, a. 1, n. 2, 1965.

_____. “Política e massas”. In: COHN, G., IANNI, O. e SINGER, P. (org.). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.